

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Gazeta de Vitória

CLASS. : 367

DATA : 13 09 87

PG. : _____

190 Intromissão indébita

Tem sido a humanidade, vítima de muitos enganos e equívocos, graças à falta de educação, de conhecimentos básicos que a atormenta, fruto da inconseqüência da classe política (que não deseja a educação) e da classe religiosa que deseja manter o domínio, através de temor e, infelizmente, os ignorantes são os mais sensíveis aos temores.

Munido de sua competência, inegável autoridade e respeitabilidade, realmente incontestáveis, o ministro da Justiça, professor Paulo Brossard denunciou à nação, com base em documentos, teve oportunidade de fazer publicar no jornal Correio Brasiliense, edição do dia 31 de agosto último, documento com sua assinatura que transcrevemos o seguinte trecho:

“(1) Um grupo de estrangeiros, austríacos que nunca puseram os

pés no Brasil e que talvez suponham que Buenos Aires seja a sua capital, permitiu-se apresentar sugestão à Assembléia Nacional Constituinte no sentido de que a soberania nacional deixasse de ser nacional para incidir apenas sobre parte do território brasileiro; ou seja, parte do território nacional deixaria de ser nacional; apenas parte do território continuaria a ser nacional. Os escassos índios lá existentes passariam a ser os seus reais titulares, e titulares especialmente das riquezas minerais do solo e subsolo.

“(2) Paralelamente e sincronizadamente, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário apresentou outra emenda que se casa com a austríaca e a completa. Tudo por acaso.

“(3) Ambas as emendas são contra o Brasil, contra a sua unida-

de nacional, tão admirada por quantos o tenham estudado, que se maravilham com “o mundo que o português criou”, uno a despeito de tantas peculiaridades regionais, de tantas etnias oriundas de todas as partes do mundo, de tão variadas geografias, que começa no hemisfério norte e termina nas regiões temperadas abaixo do Capricórnio, onde uma língua é falada e entendida de ponta a ponta.

“(6) O CMI, se não é brasileiro, funciona no Brasil e aqui não pode ignorar as leis da República, como não pode ultrajar a Nação que, generosamente, o acolhe. Dentro do Brasil, não pode traí-lo”.

Estão aí, por inteiro, três trechos do documento assinado pelo Ministro da Justiça, sobre a intromissão indébita, na soberania nacional, pelo Conselho Indigenista Missionário.

Vamos deixar bem claro uma coisa: tem exatamente 500 anos (vai fazer em outubro do próximo ano), que os religiosos tomaram de

assalto as Américas do Sul e Central. Nestes cinco séculos, arrancaram daqui, da Colômbia, do Peru, do Chile, da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai, Argentina, México, etc. tudo o que esses povos tinham, sem se falar no massacre (o termo é massacre mesmo de todos os povos incas. Nem uma criança para remédio. A desgraçada da história esconde tudo nos seus meandros e tira o que pode, de estarrecedor, por menos, mas dizimaram um povo, uma nação altamente desenvolvida, para roubar todo seu ouro e prata. A história de Potosi, que Eduardo Galeano conta no seu livro *As veias abertas da América Latina* é uma pequena página do fantástico saque que a Bolívia suportou. Não se contentaram apenas em roubar sua montanha de ouro e prata, armazenados, mas retiraram da circulação, do país, todas as moedas.

Faltando um ano para se comemorar 500 anos de domínio religioso nas Américas Central e do Sul, o CIMI se arma, em pleno século XX, para submeter à Assembléia

Nacional Constituinte uma proposta subscrita por milhares de austríacos, que nem o Brasil conhecem, para internacionalizar grande parte do nosso território.

É preciso que a sociedade brasileira, notadamente os que acreditam na “religiosidade” dessa gente que ainda “catequizando” indígenas por um simples amor a essa pobre gente, que por trás de toda a farsa da caridade e amor existe um desejo mórbido de domínio, de usurpação de toda riqueza depositada na Amazônia. É exatamente o que tais religiosos desejam, tomar conta de nossos fabulosos recursos minerais, como se fôssemos uma nação composta de ignorantes, inconseqüentes, como se não bastasse a usurpação que temos sido vítimas nesses quatrocentos e muitos anos.

Estamos diante de um quadro marcado pela inconseqüência e, neste ponto o nosso ministro da Justiça tem toda razão. É preciso que denunciemos o episódio para que a sociedade fique tomando co-

nhecimento de que não podemos suportar mais tais intromissões.

Eduquemos nosso povo para tirar de sua consciência as intimidações religiosas que só têm servido para a usurpação.

O que é estranho agora na história da intromissão do CIMI nos negócios da soberania brasileira é que dirigentes da CNBB vêm afirmar que o ministro Brossard é um inconseqüente. Quando se tem a coragem do professor Brossard para denunciar tal fato, é chamado de inconseqüente, mas quando se intromete na soberania de uma nação, está se tentando proteger indígenas.

Vamos dar um basta a tais “samaritanos” da boca pra fora. Não precisamos de conselhos de quem vem se meter na soberania nacional. Se é esse o tipo de auxílio que nos prestam, que joguem fora, porque de intrometidos já chega os que nos desgraçam a cinco séculos.

Uchôa de Mendonça